



INFORMATIVO

SINTSS-MS

FILIADO A

CUT®

INFORMATIVO - 002/maio

## Liminar judicial do STJ autoriza desconto retroativo de imposto sindical

Decisão final do STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou o desconto do imposto sindical referente aos anos de 2010 e 2011, no valor de um dia de trabalho nos ramos da saúde, assistência e previdência social dos servidores de Mato Grosso do Sul. 60% do recurso debitado e efetivamente destinado ao Sintss-MS vão ser utilizados em ações de estruturação e fortalecimento do sindicato.

Com dinheiro extra, daremos um passo importante para aquisição da nossa sede própria, continuaremos a reformulação patrimonial e gerencial de nossa entidade.

É bom salientar que a decisão não é da direção do nosso sindicato, mas por imposição legal e apenas fazer cumprir o que já acontece em todas as categorias do serviço público

estadual e federal. Caso o desconto não venha para nosso sindicato será destinado a outra Federação, alheia as nossas lutas ou para o FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

Por ser retroativo, os descontos serão feitos no mês de maio, o que poderá surpreender muitos servidores filiados e não filiados.

Por uma questão de Justiça e reconhecimento, o Sintss-MS fará a devolução dos 60% repassados ao sindicato, para todos os filiados. Para isso, basta trazer o contracheque na Secretaria do Sindicato. Para esclarecimento de todos, 60% do valor descontado fica com o Sindicato, 20% será para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 15% para a Federação e 5% para confederação. Como o Sintss não é filiado a nenhuma

entidade nacional, caso não aceite o repasse, o montante será destinado ao Governo Federal.

Já os não filiados terão que arcar com o débito, por se tratar de imposto sindical obrigatório, uma vez que todos acabam sendo beneficiados nas negociações salariais, onde sempre o Governo quer endurecer o jogo. Veja a recente proposta de reajuste zero apresentada pelo Governo do Estado, que reavaliou o índice após várias negociações e elevou o percentual para 6%.

Contamos com a compreensão de todos, mas o movimento sindical dos servidores requer o financiamento e estrutura para as lutas e negociações com a força e poder de fogo do Governo Estadual.

## Servidor terá que pagar imposto sindical

Publicado em 8 de outubro de 2008 por Romildo Gouveia Pinto

O Ministério do Trabalho determinou aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais que passem a recolher o imposto sindical do funcionalismo, que até hoje estava livre da cobrança que equivale a um dia de salário no ano.

Segundo o Sindsep (Sindicato dos Servidores Públicos Federais) do Distrito Federal, isso representará uma receita anual de R\$ 240 milhões para o

movimento sindical e o governo. O Sindsep é ligado à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

O ministério impôs a cobrança alegando o princípio da isonomia tributária entre os trabalhadores. Hoje, só trabalhadores da iniciativa privada ou funcionários públicos contratados pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) recolhem o imposto.

O secretário-geral do Sindsep, Oton Pereira Neves, disse que

entrará com um mandado de segurança contra o ministro Carlos Lupi (Trabalho). “Essa medida vai contra a liberdade e a autonomia sindical.”

O ministério informou que a instrução que determina o pagamento se baseia em parecer jurídico feito pela área técnica e leva em conta a jurisprudência de vários tribunais superiores.

O Ministério do Planejamento diz que ainda está estudando a instrução para definir as regras de cobrança do imposto.

# CRISE NA SANTA CASA

## SOLUÇÃO É INVESTIR VERBA DO SUS NOS HOSPITAIS PÚBLICOS



PACIENTES NOS CORREDORES POR FALTA DE ENFERMARIA

Frente a crise que assola a Santa Casa de Campo Grande, o Sintss (Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social de MS) defende 100% de verbas públicas para os Hospitais Públicos, como Regional e o HU-UFMS.

Para a direção do Sintss, a crise da Santa Casa vem se agravando ano a ano, mesmo com os pesados investimentos realizados pela Prefeitura de Campo Grande, Governo Estadual e o Governo Federal.

A instituição “filantrópica” virou um saco sem fundo de dinheiro do SUS, onde equipamentos de alta tecnologia são adquiridos com verba pública e fonte de lucro para

iniciativa privada, alimentando a chamada “Indústria da Doença”.

Com base em levantamento da direção do Sintss-MS, conforme o termo de contratualização entre o município e os hospitais públicos e particulares, anualmente a Santa Casa recebe cerca de R\$ 9 milhões de investimentos em forma de convênio, enquanto o Hospital Regional fica com apenas R\$ 1.3 milhões e HU-UFMS, R\$ 1.5 milhões. Ou seja, mesmo com o teto de internação superior, os hospitais públicos ficam com a menor parte da verba do SUS, o que vem obrigando a redução de leitos e unidades especializadas. Sem falar na falta de priorização de investimentos nos hospitais públicos, com a opção de construção do Hospital de Trauma pela Prefeitura de Campo Grande, que poderia muito bem ser instalado no Hospital Regional, pois uma especialidade que onera ainda mais o município.

Para o presidente do Sintss-MS, Cássio Pereira do Nascimento, a discussão sobre o sistema de saúde de MS tem de ser mais profunda, pois o que há atualmente é uma política de fortalecimento do setor privado de saúde em âmbito estadual quanto municipal, contrariando as diretrizes do SUS que preconiza a parceria com o setor privado da saúde, apenas de forma

## SPDM prejudica atendimento no Regional

A intervenção da CPDM tem provocado o acelerado processo de desmantelamento do Hospital Regional. A empresa recebe mensalmente R\$ 5 mil reais, o equivalente a R\$ 60 mil anuais para prestar “assessoria administrativa” à direção, mesmo ela dispondo de técnicos administrativos com competência e conhecimento de causa para gerir a instituição, só que do ponto de vista do SUS e não dos interesses privados da saúde. Isto sem falar dos constantes aditivos de contratos que vem firmando com a Secretaria Estadual de Saúde.

O plano operativo que prevê a adoção de medidas de crescimento e de expansão dos serviços oferecidos pelo Hospital Regional até o momento não saiu do papel, mesmo com a CPDM ganhando para prestar estes serviços. Até o momento a grande realização desta “fundação” foi a de reduzir a quantidade de leitos de internação de 350 para 220 leitos. A fundação também tem sido a porta de entrada para o empreguismo político, pois até o momento não houve concurso público para contratação de novos profissionais na área de saúde, mesmo com a demanda sendo grande.

Outro efeito negativo da intervenção da CPDM é o fechamento do leito de infectologia, descumprindo contrato



firmado com o Ministério de Saúde, deixando os usuários a própria sorte em caso de Dengue e Leishmaniose.

O Sintss também vem alertando sobre a necessidade do almoxarifado ficar dentro do Hospital Regional. Atualmente ele funciona fora da área da instituição, dificultando o controle de estoque por parte dos funcionários e facilitando o possível desvio de remédios, equipamentos e materiais diversos.

Chegar de Intervenção Privada na saúde pública. Pelo fortalecimento do controle social no Hospital Regional, Já!